Formação de professores na temática "culturas e história dos povos indígenas"

Aldeia dos índios Xokó - Ilha de São Pedro em Porto da Folha (SE). Foto de Itamar Freitas, março de 2010.

Xokó, grupo indígena em Sergipe

Beatriz Góis Dantas

Objetivo geral do curso

• Promover a formação teórica com vistas a qualificar a abordagem das temáticas das culturas e história dos povos indígenas nas propostas pedagógicas e curriculares.

Expectativas de aprendizagem para este texto

Ao final da leitura, os alunos deverão ser capazes de:

1. conhecer a experiência indígena em missões no território sergipano, entre os séculos XVI e XIX;
2. compreender os processos de luta pela terra e reafirmação da identidade Xokó;
3. compreender os modos de vida da comunidade Xokó.

Xokó, grupo indígena em Sergipe [1]

Xokó e missões

As fontes e a localização espacial

As referências mais antigas a índios denominados Xokó referem-se a grupos situados nas imediações do rio São Francisco. Este rio exerceu forte atração sobre populações humanas. Via natural de deslocamento, às suas margens e dos seus muitos afluentes, abrigaram-se grupos indígenas diversos que, espalhando-se pelo vale, ocuparam a região desde épocas bastante remotas. As pesquisas arqueológicas, entre as quais se destacam as realizadas na região de Xingó, indicam a ocupação do vale por populações humanas que precederam em milênios a presença dos europeus na área.

Somente no final do século XVII encontram-se em fontes escritas referências a grupos Xokó. Por essa época, o avanço da mineração e da pecuária nos sertões da região sanfranciscana se intensificara, atraindo missionários que vão retomar com força os trabalhos de catequese, sobretudo, após a expulsão dos holandeses que durante décadas disputaram com os portugueses o domínio do espaço que hoje reconhecemos como Nordeste. É nesse contexto, de encontros entre populações nativas e criadores de gado, guerras e missões – causadoras de alterações na localização dos grupos, fazendo surgirem novos novos arranjos de sobrevivência – que os Xokó aparecem nos documentos.

As informações deixadas por missionários, funcionários do governo ou viajantes não permitem saber como era o seu modo de vida ou a língua que falavam na época em que chegaram os portugueses (Cf. Dantas, 1987). O que as fontes escritas dizem sobre eles traz a marca da presença dos europeus que conquistaram suas terras, impôs sobre ele o seu domínio, e deixou ligeiras referências – quase sempre muito etnocêntricas – através das quais procura-se hoje narrar momentos de sua trajetória em conexão com as missões.

A memória social do grupo, hoje radicado na ilha de São Pedro, transmitida por via oral, detém relatos de acontecimentos e tradições que se reportam, sobretudo, ao século passado. Desse modo, o que se conhece sobre os Xokó é resultante do encontro e desencontro entre índios, negros e brancos. Encontro marcado por interesses diversos, por trocas, alianças e conflitos ao longo dos tempos.

[1] Transcrição integral dos capítulos 2, 3, 4 e conclusões do impresso *Xokó*: grupo indígena de Sergipe, de Beatriz Góis Dantas. Obra financiada pelo MEC-Ministério da Educação e Cultura, FNDE – Fundo Nacional de Educação, dentro do Programa de Promoção e divulgação de Materiais Didáticos e Pedagógicos sobre as Sociedades indígenas. Aracaju: Núcleo de Educação Indígena/Serviço de Ensino Fundamental/Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado de Sergipe, 1997.

Grafados sob diferentes formas – Shocó, Xocó, Chocó, Chocoz, Ciocó, Ceocose – surgem quase sempre associados a espaços missionários. Há registro de Xokó em tempos passados, num espaço geográfico que vai de Sergipe ao sul do Ceará. Entre os séculos XVII e XVIII, sua presença é indicada ora na margem esquerda, ora na margem direita do rio São Francisco, em terras que hoje integram os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Há referências a Ciocó em Pacatuba, missão fundada pelos capuchinhos no final do século XVII e mais tarde, já no século XIX, grafados como Ceocose, sua presença no território sergipano vai ser registrada em São Pedro do Porto da Folha, também uma antiga missão dos capuchinhos. São do início do século XIX notícias de que grupos de índios denominados de Shocó viviam errantes nos sertões de Pernambuco e sul do Ceará. Teriam fugido de missões e, embora relutassem em viver aldeados, terminaram sendo mais uma vez recolhidos a espaços missionários.

No século XX, persistem remanescentes de grupos identificados como Xokó em localidades que foram antigas missões como São Pedro do Porto da Folha (SE) e Porto Real de Colégio (AL). Nestas duas localidades hoje vivem os Xokó. Um grupo habita no lado sergipano do rio, mais precisamente na Caiçara e na ilha de São Pedro, no município de Porto da folha. Do outro lado do rio, no município alagoano de Porto Real de Colégio, fica a aldeia dos Kariri-Xokó. A presença dos Xokó junto aos Kariri é, como se verá, resultante das migrações que os índios de São Pedro fizeram desde fins do século passado, quando as pressões do lado sergipano tornaram-se mais fortes. Diferentes levas buscaram abrigo entre índios da antiga missão de Colégio, formando a comunidade Kariri-Xokó. A proximidade geográfica e as relações de parentesco entre os dois grupos fizeram com que, ao longo dos tempos, eles mantivessem contatos, encontros e desencontros.

As missões

As missões inscrevem-se no circuito colonial, tendo como objetivo básico a catequese dos índios. Estão, porém, relacionadas com a abertura de novas áreas que vão sendo penetradas pelos colonos que viam as populações nativas como mão-de-obra a ser escravizada. Tentando mediar essa relação conflituosa, os missionários reuniam os índios em aldeamentos e, como o apoio da Coroa, empreendiam a catequese e a civilização. Para catequizar os índios, os padres reuniam-nos em aldeamentos, aprendiam as línguas nativas e nelas escreviam catecismos, apresentando os ensinamentos da doutrina cristã e reduzindo as crenças e práticas das religiões indígenas a superstições e pecados que deveriam ser combatidos.

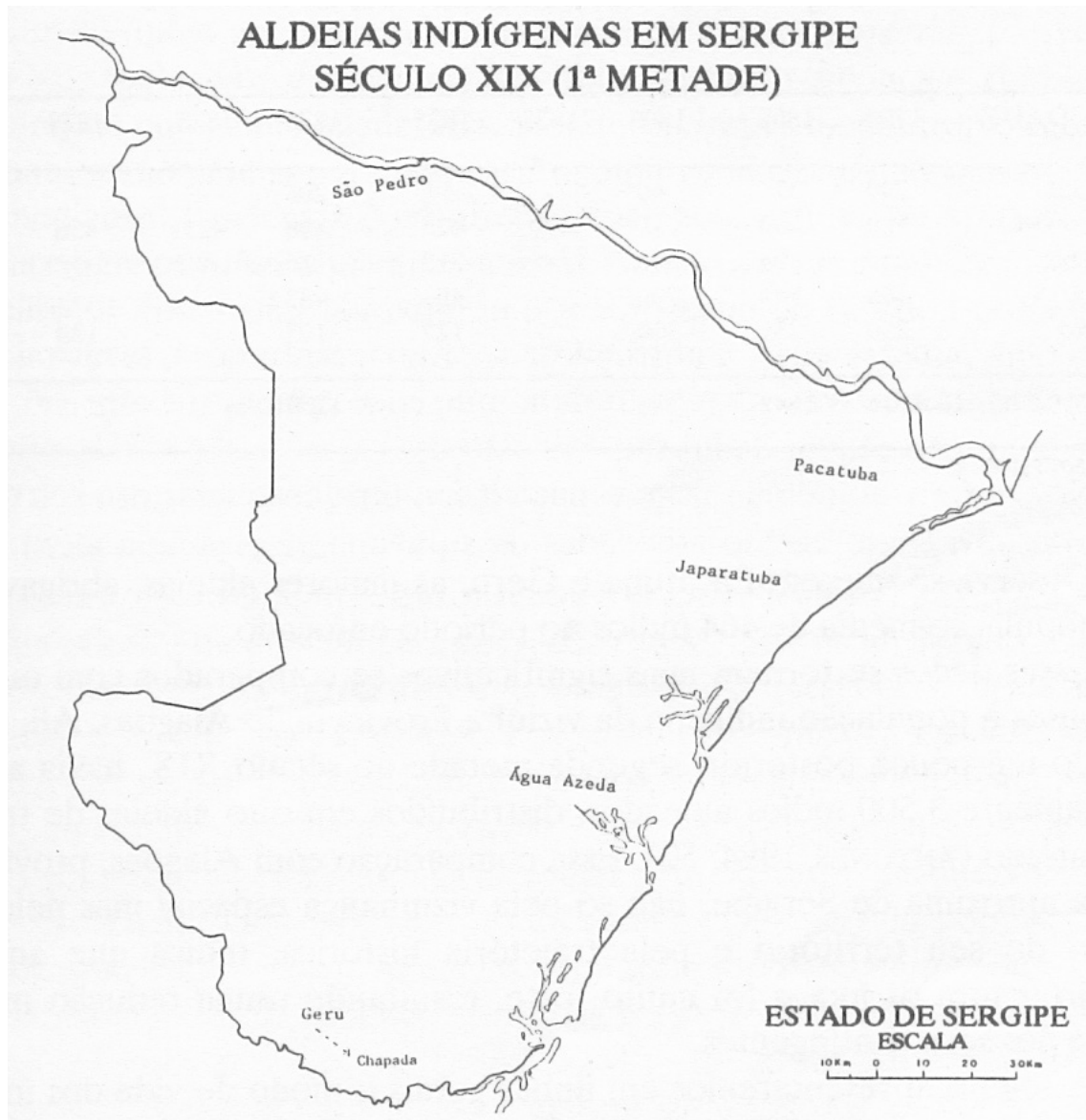
Impondo aos índios a modificação ou substituição de suas crenças, de seus deuses, de seus costumes, de suas instituições, as missões, apesar de lutarem contra a escravização dos índios e tentarem amenizar as relações destes com os colonos, representavam também uma violência contra o modo de vida dos índios. A residência fixa em uma aldeia regida por padres conduzia à destruição das bases de sua organização social e à modificação de suas culturas, através da imposição de novo modos de viver.

Espaços destinados a transformar índios pagãos em cristãos, as missões não deixavam de atender também aos objetivos da colonização portuguesa. Reuniam homens usados como soldados para combater negros fugidos, índios rebeldes e estrangeiros invasores. Eram também reserva de mão-de-obra onde os colonos, com baixo custo, encontravam trabalhadores para diversas atividades.

Desse modo, as missões, na condição de espaços onde se defrontavam interesses diversos, eram também um mundo de contradições. De um lado, promoviam o nivelamento das populações indígenas que, diferenciadas culturalmente em suas origens, se viam sujeitas a um regime homogeneizador. Privados das suas instituições sociais tribais, que serviam de suporte a um certo modo de vida, os índios das missões viram suas culturas se desmoronarem sob o impacto da nova ordem que se impunha, enquanto novas formas de relacionamento e de viver eram criadas.

De outro lado, além de amenizar as relações entre índios e colonos, ao delimitar no espaço físico uma base territorial onde os nativos desenvolviam não só atividades de subsistência, mas nelas identificavam pontos de referência de uma história comum, as missões forneceram suportes de uma coesão grupal, que, mais tarde, lhes permitirá reativar memórias que entram na elaboração de identidades ao longo do processo histórico no qual são também atores.

Em Sergipe, ainda na primeira metade do século XIX, restavam cinco povoações indígenas: Aldeia de Água Azeda, Missão de Nossa Senhora do Carmo de Japaratuba, Missão de São Félix de Pacatuba, Missão de São Pedro do Porto da Folha e Vila de Tomar do Geru. Com exceção de Água Azeda, aldeia localizada perto de São Cristóvão, as demais

aglomerações indígenas eram resultantes de missões, onde foram sendo recolhidos os índios, à medida que se expandia a ocupação da terra pelos colonos (Cf. Dantas, 1991). É na missão de São Pedro que, juntamente com outros grupos indígenas, se desenrola parte da vida dos Xokó.

A missão de São Pedro

As origens da missão de São Pedro do Porto da Folha datam de fins do século XVII, quando se intensifica a ocupação do vale do São Francisco pelos colonos através da pecuária. Em conexão com esse movimento, várias ordens religiosas, entre as quais a dos capuchinos e jesuítas, fundaram inúmeras missões na região. Entre os Aramuru – Orumaru (índios aliados dos portugueses na luta contra os holandeses) –, os capuchinhos fundaram a missão que ficará conhecida como São Pedro de Porto da Folha (Cf. Dantas, 1980). Rio Abaixo, fundaram a missão de São Félix de Pacatuba que tinha um subaldeamento de índios denominados Ciocó – Xokó.

A sobrevivência dos grupos indígenas reunidos nas missões encravadas em áreas já ocupadas pelos brancos, dependia do acesso a terras de onde pudessem retirar sua subsistência, vivendo sob as ordens dos missionários. A Coroa reconheceu aos índios aldeados direitos sobre terras que lhes foram doadas. Merece ser citado o Alvará de 1700 que mandou dar uma légua em quadra de terra para cada missão. A posse e uso dessas terras vão ser motivo de muitos atritos nas aldeias, sobretudo porque eram constantemente invadidas pelos rebanhos dos colonos que destruíam as plantações dos índios.

Já em 1724, há tentativas de tornar sem efeito a doação das terras feita aos índios da missão de São Pedro, propondo os fazendeiros que eles fossem transferidos para a missão de Pacatuba. Apesar das dificuldades enfrentadas e das lutas com os criadores de gado, as duas missões se firmaram e chegaram ao século XIX.

A documentação relativa à missão de São Pedro no século passado registra uma população indígena que oscila entre 300 e 127 índios. Dentre diversos fatores que podem explicar essa oscilação de população inclui-se o trânsito dos índios entre diferentes aldeamentos, provocando algeração no número e composição da população registrada. Ora o contingente indígena diminuía devido ao abandono da aldeia por uma parcela da população que se dirigia para outras aldeias aparentadas, ora crescia devido ao movimento inverso de índios que aí chegava, como ocorreu em 1827, quando 44 índios de Curral dos Bois, missão localizada nas proximidades, se transferem para a ilha de São Pedro.

Essas transferências de população indígena eram, muitas vezes, impostas pelos colonos e atendiam aos seus interesses. Noutras vezes eram grupos de índios insatisfeitos com missionários, tangidos por disputas entre facções internas, ou por quaisquer outras razões, que abandonavam a missão, refugiando-se nas matas ou buscando abrigo em outro aldeamento. Disso resultava que as missões terminavam por abrigar índios de procedências e tradições culturais diversas, que iam sendo niveladas com o passar dos tempos e em virtude da pressão exercida pelos missionários empenhados em criatianizá-los e civilizá-los. Desse modo, explica-se porque a missão de São Pedro, organizada inicialmente entre os Aramuru, abrigava, no século XIX, também os Ceocose – Xokó – que teriam vindo de Pão de Açúcar (AL).

Nessa época, a aldeia não era habitada apenas por índios. Desde o século anterior, como consequência da política inspirada pelo Marquês de Pombal, se incentivara a abertura das missões, os casamentos entre índios e europeus e, com isso, uma população de não índios passou a residir nas terras da missão. Os capuchinhos foram substituídos por padres seculares. Fundou-se a freguesia com sede na ilha e houve uma abertura da missão para a população regional. Mas diferenças persistiam. Em 1829, registra um documento, as mulheres "índias" eram louceiras – trabalhavam com cerâmica – enquanto as "portuguesas" – denominação com que se indicava as mulheres não índias – eram costureiras, rendeiras, fiandeiras, deixando assim entrever que essas atividades preferenciais na divisão do trabalho feminino apontam para elementos de distinção entre diferentes segmentos sociais em estreito contato. Ou seja, na interação com brancos e negros, os índios mantinham diferenças em relação ao resto da população através de um acervo de experiências comuns, cotidianamente vividas e reconstruídas ao se reportarem a uma ancestralidade coletiva. Assim, as origens indígenas eram revividas também através dos seus rituais religiosos que o zelo missionário dos padres não conseguira de todo erradicar.

A partir de 1849, os capuchinhos retornaram à missão de São Pedro. Vieram convidados pelo governo da Província para exercer a catequese, atividade que o governo imperial decidira a eles confiar. Nessa nova fase da ação missionária destacou-se a figura do Frei Doroteu de Loreto, um grade italiano que viveu na missão durante quase trinta anos, na segunda metade do século passado, e marcou profundamente o imaginário da populações locais. Nos relatos orais dos atuais Xokó, o frade é apresentado como um santo homem a quem atribuem a fama de milagreiro. Ao mesmo tempo, ressaltam o empenho desse missionário em acabar com as práticas religiosas que os índios continuavam realizando às escondidas, no terreiro da Caiçara. Quando surpreendidos, eram severamente punidos, como admite o próprio frade, em 1859, ao flagrá-los em ritos que ele qualificava de "assembleias noturnas com danças supersticiosas contrárias à religião" (Cf. Dantas, 1988; 1994).

Outro evento evocado com força na memória do grupo é a visita de Dom Pedro II à missão. Fato ocorrido em 1859, quando o Imperador, em viagem ao nordeste, vai conhecer a cachoeira de Paulo Afonso e se detém algum tempo na pequena ilha. Segundo a tradição oral, dentro da igreja e na presença do frade, D. Pedro II teria feito a doação da terra para os índios com "uma légua de frente e outra de fundo". Por essa forma, vai se transmitindo, de uma geração a outra, a memória do grupo, com relatos através dos quais os Xokó buscam provar a legalidade das terras do aldeamento, terras secularmente disputadas pelos criadores de gado. Embora os documentos não indiquem essa doação feita por Dom Pedro – cujo "Diário" registra, inclusive, queixas dos índios contra o missionário que arrendava as terras –, várias fontes escritas atestam que, em virtude das leis portuguesas, os índios de São Pedro receberam uma légua de terra, cuja demarcação, desde o século anterior, os fazendeiros procuravam tornar sem efeito e delas apossar-se.

De índio a mestiço, de caboclo a Xokó

Negação da existência de índios, perda das terras e dispersão

Durante o século XIX, a questão da terra passa a ser central nas relações entre índios e regionais. O Estado brasileiro regulamenta a propriedade fundiária – Lei de Terras de 1850 – e cria brechas para que os índios, sobretudo aqueles que estavam em áreas de colonização mais antiga, fossem expropriados dos seus territórios. Um dispositivo legal manda incorporar aos bens da nação "as terras dos índios que já não vivem aldeados, mas sim confundidos na população civilizada" (Aviso de 21/10/1850).

De imediato muda o discurso das autoridades da Província de Sergipe em relação aos índios. Antes da referida lei, admitiam a existência dos índios e pediam missionários para cuidar deles. Imediatamente após a referida lei, as aldeias passam a ser apresentadas como habitadas por "pessoas das diferentes castas" e "mestiços confundidos na massa da população", justificando assim a expropriação de suas terras. Nestas circunstâncias, fala-se explicitamente das terras que, de direito e por títulos, pertenciam aos índios. Em relação a São Pedro, diz o presidente da Província, em correspondência dirigida ao governo central, que elas se estendiam por uma légua e deviam ser transformadas em fazendas de gado.

Com base em uma ideologia assimilacionista de construção da nação, em que a mestiçagem é invocada como um diluidor da étnica indígena, e em leis que foram interpretadas de modo que convinha aos interesses dos fazendeiros, o governo decreta a extinção da Diretoria de índios em Sergipe (1853). A existência de índios passa a ser negada. No final do século, os registros oficiais jaó não fazem referência a índios em Sergipe. Nos levantamentos censitários aparece a categoria caboclo, uma nova forma de classificar os habitantes das antigas aldeias. Enquanto isso, vão sendo tomadas medidas que culminam com a perda das terras por muitas comunidades indígenas. O processo é bastante visível no nordeste, mas também em muitos outros lugares do Brasil os índios perderam as terras tradicionalmente ocupadas por seus ancestrais.

Na missão de São Pedro, o Frei Doroteu manteve-se como missionário e interlocutor das autoridades nas questões relativas aos índios. No final da década de setenta do século XIX, com a morte do frade, as terras do antigo aldeamento foram doadas à Câmara da Ilha do Ouro. Passaram depois para a Câmara de Porto da Folha e foram aforadas aos fazendeiros (1888). Mais tarde, passaram para a prefeitura e, tempos depois, foram vendidas a particulares.

Ao longo desse processo, é possível acompanhar as articulações dos índios, tentando mantê-las sob o seu domínio. Já em 1888, quatro representantes seus foram ao

Rio de Janeiro, então sede do Governo Central do Brasil, reclamar seus direitos junto ao Imperador. Convencidos de que foi o Rei que lhes dera as terras, ele haveria de garanti-las. As providências tardam e, dois anos depois, nova viagem foi empreendida. Mudara o regime político do país. Não mais havia a figura do rei, mas as viagens à sede do Governo Central persistiam como estratégia para ter as terras de volta. Nova viagem foi feita em 1916 sob a liderança de Inocêncio Pires, índio que já participara da viagem anterior e continuou, durante a primeira metade do século XX, lutando para reaver as terras do antigo aldeamento.

Nessa mesma época, os índios eram dispersados pela violência. Um grupo transferiu-se para Porto Real do Colégio, uma antiga missão dos Kariri-Xokó. Muitos migraram para diversas localidades das vizinhanças, enquanto outros permaneceram nas terras de São Pedro e da Caiçara, trabalhando nos arrozais como meeiros ou assalariados, vivendo de pesca ou cerâmica fabricada pelas mulheres.

Ainda na década de cinquenta do século XX, os Xokó foram encontrados em São Pedro por antropólogos que pesquisavam no vale do São Francisco. Eram referidos pela população regional como caboclos, identidade que tinham assumido, mas muitas vezes, eram obrigados a esconder, camuflando assim as origens indígenas que os expunha à violência. Para os "caboclos da Caiçara", naquele contexto, assumir publicamente uma identidade que remetia às origens indígenas era colocar-se na mira dos fazendeiros. Afinal, fora em nome de uma proclamada extinção dos índios que os proprietários rurais tiveram acesso legalizado às terras do antigo aldeamento. Assim, os que optaram por permanecer nas terras, desenvolveram formas de acomodação, colocando-se como trabalhadores e moradores nas propriedades do patrão, mantendo com este relações de dependência e clientelismo tão comuns nas áreas rurais nordestinas.

As histórias das experiências coletivas vividas nos tempos da missão estavam guardadas nas memórias dos velhos, sendo reativadas nos momentos de encontro com o grupo que se abrigara em Colégio. Este, vivendo junto com os Kariri afirma-se como Xokó. A identidade étnica lhe permitia um espaço de negociação na convivência com ou outro grupo indígena, com o qual divide o território, e com a sociedade envolvente. Vivendo em área indígena e colocado sob a proteção do antigo Serviço de Proteção aos Índios, desde a década de 40 do século passado, pleiteou junto a este, já nos anos sessenta, o retorno às terras do antigo aldeamento de São Pedro. Seu pleito não encontrou, contudo, ressonância na sociedade e nada conseguiram (Cf. Mata, 1989).

A retomada das terras e a reafirmação da identidade Xokó

Na passagem da década de 70 ara 80 do século passado, descendentes dos habitantes da missão de São Pedro, que atravessaram quase cem anos tentando reaver as terras do antigo aldeamento, vão encontrar condições de realizar o seu intento. Iniciam então o movimento de retomada da ilha. Este é um movimento que deve ser situado no contexto geral da sociedade brasileira, onde emergem, com vigor, lutas pelos direitos das chamadas minorias. Momento em que a diversidade e a diferença, como valores positivos, passa a ser trabalhados e se busca o reconhecimento do país em sua pluralidade étnica e cultural. É pois um momento bem diferente do século XIX, em que vigorava a ideia de construção de uma nação monolítica, na qual o índio idealizado do passado entrava como fornecedor de símbolos da nação emergente na qualidade de uma das "etnias formadoras", enquanto os índios reais de carne e osso tinham sua identidade étnica negada, sendo desapossados de suas terras.

Quase cem anos depois, no contexto político e intelectual da década de oitenta deste século, em que a luta pelos direitos de cidadania procura incorporar as diferenças, esses "caboclos da Caiçara", trabalhadores rurais que têm um a história vinculada aos índios da antiga missão de São Pedro, reativam a memória, trabalham a identidade Xokó, lutam pelas terras que tinham perdido há quase um século e conseguem reavê-las, apoiados por muitas alianças que envolvem setores da igreja católica, como a diocese de Propriá, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, a Comissão Pró-Índio de Sergipe (1981-1986), estudantes e professores universitários, sindicatos, imprensa, intelectuais, entidades governamentais e não governamentais. A Fundação Nacional do Índio – FUNAI os reconhece como índios com direitos sobre as terras da Caiçara e ilha de São Pedro. Esta é desapropriada pelo governo estadual (Decreto 4.530 de 07/12/1979) e repassada para a União para se constituir território indígena. Pela Constituição do Brasil, as terras ocupadas pelos índios são bens da União, cabendo às comunidades indígenas a sua posse e usufruto. Sob a influência da FUNAI e a presença de agentes religiosos, vinculados à ala progressista da igreja católica, se desenvolve a implantação da comunidade na pequena ilha de 96 hectares. Somente em 1993 se efetivou a posse da Caiçara – área de 4.220 hectares – que fora homologada com área indígena pelo Governo Federal (Decreto 401 de 24/12/1991).

Terra dos índios Xokó: Caiçara e ilha de São Pedro. Fonte: http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3631.

O que está aqui resumido em poucas linhas, na verdade, não dá conta da intensa mobilização dos índios e seus aliados, do clima de violência e peremanente tensão que enfrentavam na área, dos processos na justiça, da tramitação burocrática, de todo um emaranhado de ações e conflitos que a imprensa, de modo geral, foi registrando à media que iam ocorrendo.

Mais ou menos na mesma época em que o grupo que se identifica como Xokó retoma em Sergipe as terras do antigo aldeamento de São Pedro, o grupo Kariri-Xokó, que vivem em Porto Real do Colégio, consegue ampliar o território sob seu controle na margem alagoana do rio São Francisco (Cf. Mata, 1989). Outros grupos de trabalhadores rurais nordestinos, descendentes de índios historicamente vinculados às antigas missões se articulam, reativam a identidade étnica e conseguem recuperar parte de territórios que estavam sob seu domínio em tempos passados.

Junto com a reconquista das terras e a retomada da consciência étnica, prossegue o processo de construção de um modo de vida, a recuperação ou adoção de traços culturais para exibir a diferença insistentemente cobrada e revivida como elementos significativos do ser índios. Não é simplesmente um retorno ao passado, mesmo porque isso seria impossível. É um modo de viver que, referenciando-se em um passado que comporta, inclusive, forte dose de idealização da tradição indígena e da vida na missão, incorpora as mudanças recentes que atingem a região sanfranciscana. Dentre estas, registre-se a intervenção do Estado através da construção de hidrelétricas e das barragens que afetam o próprio rio, alterando seu sistema de cheias e vazantes, cuja regularidade regia calendários agrícolas e ciclos de pesca das populações ribeirinhas. Registram-se, também, alterações nas relações entre proprietários de terras e trabalhadores rurais, quebrando-se formas de convivência e acomodação secularmente estabelecidas. Acirram-se as questões fundiárias.

É nesse contexto que os Xokó vão encetar a experiência de reconstruir, nas terras do antigo aldeamento, a comunidade onde vai delinear-se uma nova forma de viver. Nos processos de reativação étnica ocorrem dois movimentos simultâneos: a constituição da comunidade e a formação da cultura como elaboração simbólica que vai cimentar a coesão grupal.

A comunidade Xokó: modos de vida

A descrição que se segue é uma etnografia da comunidade Xokó em 1997, sediada na ilha de São Pedro. Pretende incorporar a sua constituição e as modificações que vão sendo feitas ao longo dos anos, deste que o grupo se estabeleceu na pequena ilha em 1979, tendo, anos mais tarde, acesso ao território dão Caiçara de dimensões bem mais amplas, o que coloca novas perspectivas e desafios para o grupo.

A população da ilha, inicialmente constituída de 150 pessoas, ampliou-se para cerca de 250 índios que aí residem. Esta população às vezes se amplia com o deslocamento de parentes que, morando espalhados pelas vizinhanças, demoram-se em temporadas na aldeia. Mais de uma centena e meia de moradores em localidades próximas são identificados como ligadas por laços de parentesco aos índios de São Pedro.

O modo de vida dos habitantes da ilha, aparentemente, pouco difere das populações rurais da região, com que partilham também características do tipo físico, inclusive fortes traços negroides. Como foi visto, os habitantes da antiga missão de São Pedro, ao longo dos tempos, também tiveram momentos de encontro, conflitos e trocas com brancos e negros, resultando em mudanças no tipo físico e no entrelaçamento de elementos culturais.

A aldeia

A aldeia foi reconstruída a partir do momento que tomaram a ilha. Da ocupação do tempo da missão restavam apenas a igreja, o cemitério e as ruínas do antigo convento dos capuchinos. As casas construídas no primeiro momento, de troncos e palhas, foram substituídas por construções de taipa e, muito recentemente, por casas mais sólidas de alvenaria e cobertura de telhas, algumas com pisos e revestimentos cerâmicos. Restam hoje poucas casas de taipa. Muitas residências têm água encanada e a eletrificação está prestes a ser implantada. O mobiliário e os utensílios que abrigam variam, a depender das posses dos seus ocupantes. A televisão está incorporada ao cotidiano da aldeia, com outros equipamentos domésticos que suas posses permitem adquirir.

Em frente à igreja, antiga construção feita pelos capuchinos e hoje tombada pelo Patrimônio Histórico Estadual (1984), bem com ao lado do cruzeiro, uma estátua de índio em posição de lançar flecha, enfeitado com tanga e cocar, tendo aos pés uma cobra, numa idealização dos índios das matas, representação bastante difundida entre a população local e partilhada também pelos Xokó.

Agricultura, pesca e pecuária

A posse da terra é coletiva, mas o cultivo é feito através do sistema de roças familiares, onde se destaca o plantio de produtos básicos para sua alimentação como o milho, o feijão e a mandioca - macaxeira -, alguns legumes e verduras. Embora plantem também o algodão para ser vendido, as atividades agrícolas são voltadas sobretudo para a subsistência. O cultivo do arroz, atividade já praticada na antiga missão e muito importante nos tempos em que moravam na Caiçara com meeiros e assalariados, não chegou a ser implantado com sucesso. Depois de terem conseguido as terras da Caiçara, deram-se conta de que as lagoas que se formavam após a enchente do rio minguaram quando as águas do São Francisco foram retidas pelas barragens das hidrelétricas, das quais Xingó foi a última inaugurada.

A pesca, tradicionalmente uma atividade fundamental para a alimentação do grupo, embora tenha um peso significativo, é hoje praticada com menos intensidade. As barragens fizeram escassear o peixe e as pescarias tornam-se cada vez menos compensadoras. O número de canoas diminuiu muito na aldeia. O que tem crescido é o gado. De pescador o Xokó está se transformando em criador. Criador de gado bovino. Esta é uma atividade que vinha sendo experimentada timidamente por alguns indivíduos e contida pela pouca terra de que dispunham. Intensificou-se recentemente com a posse da Caiçara e com o financiamento de projetos que visam desenvolver comunidades rurais. Associada à pecuária, vem o plantio de pastagens e a aprendizagem de muitas outras as atividades previstas no projeto, cuja execução é ainda muito incipiente. Os Xokó estão se

transformando em índios criadores, incorporando experiências muito recentes de financiamentos por banco, visando uma produção voltada para o mercado regional.

Vê-se, pois, que a definição sobre o uso da terra, agora sob sua posse, se faz no contexto das alterações porque passa a região do baixo São Francisco, sujeita a interferências do Estado através da construção de barragens e de projetos financiados de pecuária e agricultura irrigada, visando o desenvolvimento da região.

Ao lado de mudanças mais profundas e estruturais, com esta acima anunciada, os Xokó desenvolvem atividades tradicionais e importantes para a manutenção do grupo, inclusive pelo seu peso simbólico. É o caso da cerâmica.

A cerâmica

A fabricação de objetos a partir do barro é ocupação muito antiga entre os Xokó. Como na ilha onde moram não há argila adequada ao fabrico da cerâmica, os homens vão buscá-la na Caiçara. Depois de seca, batem com pedaços de madeira de modo a reduzí-la a pó, que é peneirado para retirar as impurezas. Cabe às mulheres modelar as peças, utilizando a técnica de superposição de roletes de argila. Para dar-lhes acabamento, usam pedaços de madeira, de metal e de frutos por ele denominados de “alisador”, “raspador”, “coité” e “capuco”. Os Xokó não utilizam o torno nem o forno na fabricação da cerâmica. As peças, depois de modeladas, são postas para secar à sobra e ao sol e, mais tarde, juntando-se à produção de vários dias e de diversas ceramistas, elas são queimadas em grande fogueira.

Fabricam, sobretudo, objetos destinados ao uso doméstico e, mais especificamente, relacionados com preparo e armazenamento dos alimentos: potes, panelas, cuscuzeiros, fogareiros etc. A cerâmica é vendida nas feiras, nas povoações próximas, sobretudo em Pão de Açúcar, cidade com que mantém um contado muito estreito. Consumida pela população regional de base rural, que a utiliza no contexto doméstico culinário, a cerâmica assume maior importância econômica para os Xokó nos momentos de queda da produção agrícola.

Atividade essencialmente feminina, o trabalho com o barro entra no conjunto de proibições a que estão sujeitas as mulheres no resguardo após o parto. Durante esse período, que se estende por quarenta dias, elas não fabricam cerâmica e a sua alimentação especial deve ser preparada em vasilhame de barro que não tenha sido ainda utilizado, ou seja, deve ser cozinhado em “panela de asa nova”. O fazer e o usar os utensílios com o barro vinculam-se a crenças e remetem ao modo como concebem a origem da sua cerâmica. Nomeando-se como “paneleiras”, veem o trabalho como uma atividade relacionada com os “trocos velhos, coisa que os índios faziam desde o começo do mundo”. Dessa forma, associam a cerâmica aos índios e às suas origens.

Convém ressaltar que os relatos escritos sobre a missão de São Pedro no século XIX sempre registram a fabricação de cerâmica como uma atividade de destaque entre

os índios. A atividade foi mantida nos tempos em que viviam como meeiros na Caiçara. Quando o grupo se instalou na ilha de São Pedro, o trabalho das oleiras teve continuidade, trazendo-se a matéria-prima de fazendas situadas no estado de Alagoas, pois estava a eles interditado o acesso aos barreiros da Caiçara. Até hoje, as panelas das oleiras da ilha são muito conceituadas entre os consumidores regionais.

Outras atividades artesanais estão sendo desenvolvidas pelo grupo, como a confecção de colares, arcos e flechas, tendo, sobretudo, destinação ritual na composição da identidade, funcionando como sinais de uma diferenciação e símbolos de uma indianidade, que vai se tornando mais visível.

Escola e saúde

As crianças frequentam escola na própria aldeia, onde funciona, atualmente, uma unidade de ensino com as quatro primeiras séries do primeiro grau. Os ensinamentos são transmitidos em português, única língua hoje falada pelo grupo. Para os que querem ir além dos estudos oferecidos na aldeia, a alternativa é estudar em Pão de Açúcar, para onde se deslocam diariamente cerca de duas dezenas de jovens, a indicar que a população da ilha muito se empenha na aquisição de educação formal.

No seio da família, que tem importância fundamental na vida econômica e social da comunidade, as crianças e os jovens vão absorvendo valores e normas de conduta. São incentivados a procurar casamento dentro do próprio grupo. Do mesmo modo, são treinados nas tarefas apropriadas ao seu sexo e idade, aprendendo a cuidar das roças, das crianças, a fazer cerâmica, a pescar etc. A presença do rio é uma grande fonte de divertimento para as crianças, que entre as muitas brincadeiras incluem o tore, incentivado pelos adultos como mecanismo de socialização e valorização da dança, tida como própria dos índios.

Religão

O tore, de acordo com relatos orais e as fontes escritas, fazia parte da tradição cultural dos índios da missão de São Pedro, sendo terminantemente proibida pelos missionários e tenazmente realizado pelos índios. Com a dispersão destes no fim do século passado, a família dos líderes religiosos detentores do saber específico sobre o tore migrou para Porto Real do Colégio.

Privado do pajé e obrigado a camuflar a sua ascendência indígena como estratégia de sobrevivência, o grupo que permaneceu nas terras do antigo aldeamento de São Pedro deixou de realizar o ritual, que vai sendo retomado em um processo de reelaboração de práticas culturais vinculadas ao uso da jurema, tão difundida entre os índios que habitam o nordeste.

Para os grupos que ocupam a região, o toré – ou formas religiosas que aparecem outras denominações –constitui forte elemento de afirmação de identidade – veiculando valores e crenças – no interior do grupo indígena e perante os não índios.

Desse modo, no processo de afirmação da identidade étnica dos Xokó da ilha de São Pedro, o tore é reativado, tendo porém muitos significados. Em espaços públicos, realizam a dança, exibindo saiotes de fibras vegetais, enfeites de penas e pinturas corporais, elementos com que procuram marcar suas diferenças em relação às populações não índias e desenvolver atitudes de reforço da solidariedade grupal.

No cotidiano da aldeia, o tore pode ser dançado sem roupas especiais ou enfeites como divertimento de adultos e de crianças. Pode ser dançado, do mesmo modo que outras danças tradicionais como o samba de coco, no interior da igreja durante a missa, sobretudo em celebrações que evocam a retomada das terras. Mas pode ser também um ritual sagrado e secreto, de caráter mágico-religioso, realizado em dias certos, com participação exclusiva de índios, tendo forte conteúdo afetivo e simbólico de ligação com os antepassados. Esta é uma dimensão menos visível do tore, porém muito forte na marcação de identidade e solidariedade grupal.

Bastante visível e muito forte é a presença do catolicismo entre os Xokó. Eles praticam uma forma de catolicismo popular, mesclada com elementos diversos. Cultuam a São Pedro, padroeiro da ilha, tendo particular devoção por uma imagem carinhosamente chamada de São Pedrinho. Esta, segundo dizem, foi encontrada por seu ancestrais ao "pé de uma baraúna" no tempo em que se derrubava a "mata virgem" para construir a igreja, numa narrativa em que a idealização dos índios habitantes das selvas se mistura com a presença de missionários. Dessa forma, como produto da reflexão sobre sua história, vão elaborando mitos sobre sua aldeia e seu viver.

A missão marcou profundamente a visão de mundo e a religiosidade do grupo, cuja rotina incorpora rezas, novenas e todo um devocionário de base cristã. É muito forte a vinculação dos habitantes da aldeia com a imagem dos santos católicos que estão na velha igreja. No momento da retomada da ilha, ao se darem conta de que a imagem do santo padroeiro tinha sido deslocada para o Museu de Arte de São Cristóvão, exigiram seu retorno à igreja local e compuseram cânticos em sua homenagem, proclamando a sua proximidade com o santo:

Olhe São Pedro, o senhor não está só.
Está arrodeado pelos índios Xocó (Paulo Acácio).

Durante as últimas décadas, a presença de sacerdotes e agentes religiosos vinculados à chamada igreja progressista tem tido influência sobre eles, inclusive no processo de retomada das terras e na reativação de sinais de indianidade, alguns deles incluídos nas celebrações de ritos católicos. Isto se torna mais visível nas comemorações anuais de re-

tomada das terras, realizadas na ilha com forte afluência das populações das vizinhanças e de representantes de grupos indígenas.

Política

No plano político os Xokó nomeiam suas lideranças com palavras que remetem às antigas sociedades indígenas. Além de um Conselho composto por dez membros, têm um cacique que é periodicamente eleito, a quem cabe dar encaminhamento às questões internas e de relacionamento com a sociedade mais ampla e com os poderes constituídos. Dentre estes destaca-se a FUNAI, órgão do governo que tutela as populações indígenas e, desde 1979, tem marcado presença entre os Xokó, instalando em 1983 um posto na ilha, através do qual lhes presta assistência. Buscando apoio em órgãos governamentais, ou em entidades da sociedade civil, suas lideranças têm transitado com certa desenvoltura nos cenários de discussão das questões indígenas. Recentemente, a exemplo de outros grupos, foi criada uma entidade com registro formal em cartório, visando lidar com instituições capazes de atender às demandas econômicas, de saúde e educação.

Essa rápida descrição sobre o modo atual de viver dos Xokó deixa claro que eles não são iguais aos índios do tempo da chegada dos portugueses ao Brasil. São populações que, após viverem em aldeamento missionário por dois séculos, foram expropriados de suas terras e viveram durante quase um século como moradores de fazendas assentadas sobre os terrenos do extinto aldeamento que, no limiar do século XXI, retomam a luta pela reconquista da terra e, junto com ela, reconstroem uma identidade étnica. Neste processo, essencialmente dinâmico e criativo, velhos elementos são retomados com novas significações, tendo como pano de fundo as relações de negociação, conflito e alianças estabelecidas com os outros segmentos da sociedade.

Conclusões

Ao longo do texto, foi-se evidenciando como a identidade étnica é algo em constante transformação que vai se delineando no processo efetivo da vida social e em constante diálogo com a história e a memória. O mesmo foi afirmado em relação à cultura, que é sempre dinâmica, razão pela qual não podemos cobrar dos índios – como de nenhum outro povo – "pureza cultural". Do mesmo modo, não se justifica a cobrança de caracteres físicos de uma idealizada "raça indígena", sobretudo porque a identidade étnica é uma definição social e o social não se determina pelo biológico. Os grupos étnicos têm seus critérios próprios de inclusão e exclusão. O importante é que os índios se reconheçam e sejam reconhecidos como índios e como parcela da sociedade brasileira.

Foi visto também que remanescentes de índios aldeados, depois de terem vivido sob o regime das missões e terem sido dispersos pela violência dos fazendeiros, no

final da década de setenta deste século, trabalhando a identidade Xokó, retomaram a luta pela reconquista de parte dos territórios dos seus ancestrais e afirmação de seus direitos. Organizando-se internamente e articulando alianças com diversos segmentos da sociedade, conseguiram a posse legalizada da ilha de São Pedro e da Caiçara. Tiveram, desse modo, o reconhecimento oficial de seus direitos históricos sobre o território do antigo aldeamento. Estreitaram os contatos com os outros grupos indígenas, sobretudo do nordeste, participando de muitos encontros, alguns dos quais realizados na ilha de São Pedro. Novos líderes surgiram e sucederam-se. Conquistaram espaço na mídia e tornaram-se interlocutores nos debates e encaminhamento das suas reivindicações junto ao governo e aos movimentos sociais, colocando-se como sujeito político coletivo, como povo indígena.

Dessa forma, como resultado de um longo processo histórico de interação com a sociedade brasileira e com outros grupos indígenas, os Xokó situam-se no conjunto da população indígena brasileira. Hoje, ao lado das tradicionais atividades de pesca, agricultura e cerâmica, buscam recursos para desenvolver melhorias no campo da educação e da saúde e implementar novas atividades econômicas, enfrentando os desafios e a imprevisibilidade embutidos nas situações novas que prenunciam grandes mudanças. Ao mesmo tempo, procuram retomar práticas de um passado indígena agora revestidas de novos significados. Reativam e atualizam a memória. Aprendem com os velhos ou com outros grupos indígenas a confecção de artefatos e ritos através dos quais proclamam sua indianidade e recriam a cultura, somando velhas experiências e novos saberes, lançando pontes entre o passado e o futuro.

Em vários momentos foram feitas referências a índios situados no Nordeste com os quais os Xokó mantêm contatos. Ao contrário do que muitos pensam, a região obriga uma população indígena significativa. São quase três dezenas de povos indígenas espalhados por diferentes estados. Podem ser citados como exemplos os Kiriri, os Pataxó, os Tuxá, os Kaimbé que vivem na Bahia; os Xokó em Sergipe; os Wasssu, os Karapotó, os Tingui-Botó, os Kariri-Xokó em Alagoas; os Truká, os Xukuru, os Pankararu, os Fulniô em Pernambuco; os Potiguara na Paraíba; os Tremembé e os Tapeba no Ceará. Um traço comum é a ausência de diferenças muito visíveis em relação às populações regionais. A exceção dos Fulniô, que falam uma língua própria, os demais expressam-se em português. Todos, porém, consideram-se índios, afirmam identidade étnica, em alguns casos, vivendo experiências muito semelhantes aos Xokó.

Isso implica admitir que o futuro do Brasil deve ser projetado com os índios ao nosso lado. Que seu desaparecimento não é inexorável. Eles fazem parte de nossa contemporaneidade e estão aí para ficar - do jeito que são e do jeito que virão a ser, pois os índios vão continuar se modificando. Eles têm o direito de fazerem as mudanças que julgarem necessárias nas suas sociedade e em seus modos de ser e pensar. Do mesmo modo, têm o direito de manterem sua organização social, seus costumes, suas línguas,

crenças e tradições, bem como as terras que tradicionalmente ocupam. Estes são direitos inscritos na Constituição Federal de 1988 (artigo 231), cuja efetivação depende e todos nós. Saber respeitar as diferenças, aceitar os índios do jeito que são, participando conosco das decisões sobre seu futuro, é reconhecer o valor da diversidade cultural acoplado a uma igualdade de direitos.

Esse é um dos desafios que se impõe à sociedade brasileira no novo milênio.

Para saber mais

Impressos

ALMEIDA, Eliane Amorim de; MASCARENHAS, Maria Conceição S. G. (coord.). Povo Xokó: histórias que marcam nossas vidas. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação do Desporto e Lazer; MEC/SEF/GGAEI/SEED/DED/SEF/DEF/NEI, 2000.

BARRETO, Hélia Maria de Paula. Produção cerâmica Xokó: a retomada de uma identidade. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

CALDEIRA, Guilherme do Nascimento. Produção de identidade coletiva: o casso dos índios Xocó de Porto da Folha-SE. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, 2003.

Filmes

Festa Xokó. Brasil: CESEP, sd. (30 min).

Índio Xokó. Direção de Luciano Correia. Brasil: NEI/SEED, 1997. (20 min).

Culto missionário - Tribo Xocó. Brasil: Igreja Assembleia de Deus, 2012. (2 min, 10s). Disponível em: < http://youtu.be/UHmiGLTqAa0>. Consultado em: 12 jan. 2013.

Índios Xocó agradecem a restauração da igreja São Pedro. Brasil: Governo de Sergipe, 2012. (11 min, 26 s). Disponível em: < http://youtu.be/UDKhNdNaOZI>. Consultado em: 12 jan. 2013.

Referências

DANTAS, Beatriz Góis. A Missão Indígena do Geru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 27, p. 65-87, 1965-1978.

______. A tupimania na historiografia sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 29, 1987.

______. Os índios em Sergipe. In: DINIZ, Diana de Faro Leal (org.). *Textos para a história de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991. p. 19-60.

______. *Terra dos índios Xokó*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1980.

PORTO ALEGRE, Sílvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz Góis. *Documentos para a*

história indígena no Nordeste. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1994.
REGNI, Frei Vitorino. *Capuchinhos na Bahia*. [São Paulo]: Palloti, 1988.